

# Opinião

## EDITORIAL

### Estresse mental e financeiro

Em tempos bichudos como o atual, com o desemprego em alta, renda em declínio, competição em nível global e percepção de atividades profissionais em constante mutação, o estresse relacionado ao trabalho passou a fazer parte da estratégia das companhias. Se antes as empresas se preocupavam apenas com a segurança física dos colaboradores, agora é essencial olhar sua saúde mental.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou na semana passada um estudo sobre a questão, numa tentativa de compilar dados, estatísticas, legislações e estratégias de combate ao estresse laboral em todo o mundo. A organização lista desde 1984 os fatores de risco psicossocial, separando aqueles relacionados ao conteúdo e ao contexto do trabalho. Na relação estão desde excesso de carga laboral, até subutilização do empregado e baixa participação dos subordinados na tomada de decisões das empresas.

Pesquisas citadas no trabalho da OIT relacionam as tensões no trabalho ao maior risco de incidência de várias moléstias. A propensão a doenças cardiovasculares é até 50% maior em pessoas submetidas a um ambiente estressante de trabalho, alerta a OIT. O mais comum, no entanto, é o esgotamento físico e mental intenso, conhecido como "síndrome de *burnout*". Quem chega nesse nível sofre de

constantes dores de cabeça, insônia, cansaço, irritabilidade e transtornos alimentares.

Além da saúde do trabalhador, há uma forte perda financeira com a questão. O estudo estima que o custo da depressão no ambiente de trabalho alcança 617 bilhões de euros na União Europeia, somando a isso outros 227 bilhões por absentismo e 242 bilhões em perda de produtividade. No Brasil, um levantamento de 2012 feito para examinar as ausências no trabalho por doenças profissionais apontou que 14% dos benefícios anuais estavam relacionados à saúde mental.

Entre as possíveis soluções não há nenhuma novidade: atenção constante aos sinais no trabalho, prevenção por ação coletiva ou individual, inclusão nas oportunidades internas e na tomada de decisões e cultura organizacional que tenha como foco o ambiente.

#### OS RISCOS DE TENSÃO LABORAL AUMENTAM EM ÉPOCAS DE CRISE FINANCEIRA



Panorama  
Diário  
Comercial e  
Publicidade  
Ltda.

"É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação"



**CONSELHO EDITORIAL** - Alaide Quercia, Cristiane Quercia, Andreia Quercia, Claudia Rei, Raphael Müller, Roberto Lira e Liliiana Lavoratti

**DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO:** Raphael Müller - raphaelmuller@dcicom.br

**REDAÇÃO - DIRETOR:** Roberto Lira - roberto.lira@dcicom.br

**EDITORA-ABERTURA:** Adriane Castilho - adriane.castilho@dcicom.br

**EDITORA-FECHAMENTO:** Liliiana Lavoratti - liliana@dcicom.br

**EDITORES:** Anna Lúcia França, Claudia Bozzo, Fernanda Bompan, Paula Cristina Silva, Renê Gardim, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

**CORRESPONDENTES:** BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, RIBERAÓ PRETO - Bete Cervi, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni; **AGÊNCIAS NOTICIOSAS:** Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

**DEPARTAMENTO COMERCIAL -**

**DIRETOR:** Martim Novaes - martim.novaes@dcicom.br; **GERENTES:** São Paulo - Luiz Prusas - luiz.prusas@dcicom.br - Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dcicom.br - Publicidade Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dcicom.br

**Publicidade** - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dcicom.br/comercial.legal@dcicom.br

**Departamento de assinaturas -**

**ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA):** Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, e-mail: atendimento@dcicom.br; Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dcicom.br

**Redação** - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, e-mail: redacao@dcicom.br

**Sede São Paulo** - Rua Major Quedinho, 90 - 7ª e 8ª andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

**Impressão** - S.A. O Estado de S. Paulo

LILIANA LAJORATTI

EDITORA-FECHAMENTO  
liliana@dcicom.br



PLANO DE VOO

### Recursos da web também são finitos

Sinalizar a escassez de recursos exíguos é fundamental para garantir acesso de qualidade. No caso das telecomunicações, os recursos têm crescido de forma exponencial por décadas, para atender as necessidade de acesso à internet. A opinião é de Wagner Heibel, sócio da 4GRID Consultoria, sobre a autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para limitar o volume trafegado pelos usuários da internet, e que vem colocando operadoras e usuários em lados opostos. Indicar a finitude de recursos da rede, via preço ou limite de uso, foi a alternativa encontrada pelas operadoras no Brasil e no mundo para um uso mais racional.

### Lazer compete com produtividade

"Vivemos um ponto de inflexão, em que aplicações até então inexistentes, como vídeos de alta resolução, consomem e competem por recursos de rede necessários às empresas e à produtividade", diz o especialista Wagner Heibel. Consientizar usuários sobre o limite da rede garantirá acesso ordenado, produtivo e também para o lazer. "É certo que se tal escassez for uma falácia, rapidamente o mercado competitivo reordena esse entendimento. Isso já começa a ser visto, com algumas operadoras de telecomunicações informando que não irão impor limites em suas redes."

### Lições do tsunami reputacional

O ex-ministro Thomas Traumann, da Comunicação Social do governo Dilma, participará do 19º Congresso Brasileiro de Comunicação Corporativa, de 17 a 19 deste mês, na capital paulista. Traumann fará parte do debate sobre "Reputação em xeque - As lições dos *tsunamis* reputacionais para o setor empresarial brasileiro". "Nunca na história do Brasil o mundo policial invadiu de forma tão intensa e prolongada a vida das empresas, dos empresários e dos executivos como nos últimos dois anos", ressalta Eduardo Ribeiro, diretor da Mega Brasil e um dos curadores do encontro.

### Sem fila na saída da escola

O "Filho sem Fila", aplicativo pioneiro de segurança e agilidade na saída de alunos, fechou 2015 com faturamento 100% superior a 2014 e já está presente em mais de 80 escolas em todo o País. Com o objetivo de aumentar a segurança de pais e alunos e diminuir o trânsito no entorno das escolas, na hora da saída, o app é instalado nos smartphones dos pais e avisa, automaticamente, que eles estão próximos ao colégio. "O Brasil é um mercado bastante promissor para desenvolvedores de soluções *mobile*", diz o cofundador do "Filho sem Fila", Leo Gmeiner.

### Embate entre homem e Deus

O embate entre o homem e Deus, onde um evoca o outro: o homem quer as respostas e Deus lhe oferece as lacunas. É esse o eixo do espetáculo Floema, texto do livro Fluxo-Floema da escritora paulista Hilda Hilst (1930-2004), com estreia em 9 de maio, no Viga Espaço Cênico, em São Paulo. Com adaptação e direção de Donizeti Mazonas, o espetáculo coloca criador e sua criatura em uma tentativa de diálogo. Koyo, o homem, carrega o peso de saber que a essência divina na verdade é puro pó e, assim mesmo, aceita a vida e busca um sentido para ela.

## ARTIGO

### Juros e redução do desemprego

Diminuir a Selic deve ser a prioridade de um eventual governo Temer

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgados recentemente mostram um quadro alarmante. A taxa de desemprego no País atingiu o patamar de 10,2% da força de trabalho. Em abril de 2015 a taxa de desemprego era muito menor, 7,4%. Se nada for feito, a taxa de desemprego continuará sua trajetória de elevação, podendo alcançar 14% no médio prazo. Isso significaria um conjunto de 14 milhões de pessoas sem trabalho em todo o Brasil.

De que forma o (provável) novo governo pode atuar no sentido de reduzir essa taxa para um padrão mais próximo do observado no início de 2015?

A teoria macroeconômica aceita pela maioria dos economistas aponta para dois instrumentos à disposição do formulador de política econômica.

O primeiro é a política fiscal, ou seja, o conjunto formado pelos gastos discricionários do governo (basicamente investimento público) e tributação. Num quadro em que a taxa de desemprego está muito acima de qualquer medida plausível a respeito do seu nível "natural", o governo pode e deve estimular a demanda agregada, e uma das formas de fazer isso é por intermédio de um aumento dos gastos de investimento e/ou redução de impostos.

O problema é que essa opção não está disponível no caso brasileiro. A irresponsabilidade fiscal praticada pela equipe econômica do governo durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (PT) transformou um superávit primário de pouco menos de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012 num déficit primário de 0,7% do PIB no final de 2014.

A evaporação do superávit primário colocou a relação entre a dívida pública e o PIB numa trajetória ascendente, a qual foi reforçada pelo

aprofundamento da recessão ao longo de 2015.

Em função desses desdobramentos, o setor público no Brasil deverá fechar o ano de 2016 com um déficit primário próximo de 2% do Produto Interno Bruto e com uma relação dívida pública/PIB próxima de 75%. Nessas condições, uma "flexibilização" da política fiscal daqui para frente não é possível, sob pena de se induzir uma fuga de capitais da economia brasileira em função da expectativa de *default* soberano por parte do governo brasileiro.

O segundo instrumento é a política monetária, ou seja, o valor da taxa Selic fixada a cada reunião do Comitê de Política Econômica (Copom). Atualmente, a meta da taxa Selic é 14,25% ao ano. Considerando uma inflação esperada de 7% para 2016, isso significa uma taxa real de juros de 6,7% ao ano.

Esse valor é alto ou baixo? A resposta a essa pergunta depende do comportamento da inflação e do nível de atividade econômica. Se a inflação estivesse se acelerando e o PIB estivesse crescendo, então poderíamos afirmar que se trata de um valor baixo para a situação corrente da economia brasileira. Mas sabemos que não é esse o caso.

A inflação está se desacelerando com relação ao ano de 2015 e o PIB deverá apresentar uma queda de 4% em 2016, após uma queda de quase 4% no ano passado. Nessas condições podemos afirmar que a taxa de juros está absurdamente alta, não havendo justificativa econômica para mantê-la nesse patamar. Reduzir os juros para um patamar que seja condizente com a retomada do crescimento da economia brasileira deve ser a prioridade número um do governo de Michel Temer (PMDB).

jose.oreiro@ie.ufrj.br

